ARTIGO DE PESQUISA

Quando o “inferior” resiste: o papel dos circuitos na economia urbana da Amazônia Oriental

When the “lower” resists: the role of urban circuits in the economy of the Eastern Amazon

Cuando lo “inferior” resiste: el papel de los circuitos en la economía urbana de la Amazonía Oriental

NATANAEL SILVA RIBEIRO

Universidade Federal do Goiás (UFG)
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5787-8525

Recebido em: 22/04/2025.
Aprovado em: 24/06/2026.
Editora responsável: Grace B. Alves

Como citar (ABNT)
SILVA RIBEIRO, Natanael. Quando o “inferior” resiste: o papel dos circuitos na economia urbana da Amazônia Oriental. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 48, e20066, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i48.20066. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/20066. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: Este artigo analisa os circuitos superior e inferior da economia urbana em Conceição do Araguaia (PA), destacando o papel ativo do inferior na reprodução da vida urbana em contextos de desigualdade. Baseado em pesquisa de campo (75 entrevistas) e em revisão teórica sobre os circuitos da economia urbana, demonstra que o inferior – composto por pequenos comércios tradicionais – tem sido essencial para a geração de emprego (3,8 trabalhadores por estabelecimentos), para o acesso ao crédito informal (83% dos estabelecimentos oferecem fiado) e para a resistência socioespacial de grupos marginalizados, entendida como a permanência e a reprodução de práticas econômicas tradicionais frente à lógica hegemônica do capital, especialmente em bairros periféricos. Enquanto o circuito superior marginal (empresas de varejo e cooperativas) impõe barreiras como escolaridade superior e idade máxima para contratação de trabalhadores, o inferior absorve mão de obra excluída, operando como rede de sobrevivência. Os resultados desafiam a narrativa hegemônica, que associa desenvolvimento apenas ao circuito superior, revelando a importância das economias tradicionais na Amazônia Oriental.

Palavras-chave: Circuitos da economia urbana; Resistência; Desigualdade; Crédito informal.

ABSTRACT: This article analyzes the upper and lower circuits of the urban economy in Conceição do Araguaia (Pará, Brazil), highlighting the active role of the lower circuit in the reproduction of urban life in contexts of inequality. Based on fieldwork (75 interviews) and a theoretical review of urban economic circuits, it demonstrates that the lower circuit — composed of traditional small businesses — has been essential for job creation (3.8 workers per establishment), access to informal credit (83% of establishments offer "fiado"), and socio-spatial resistance of marginalized groups, understood as the persistence and reproduction of traditional economic practices in the face of hegemonic capitalist logic, especially in peripheral neighborhoods. While the marginal upper circuit (retail chains and cooperatives) imposes barriers such as higher education requirements and maximum age limits for

hiring workers, the lower circuit absorbs excluded labor, functioning as a survival network. The findings challenge the hegemonic narrative that associates development solely with the upper circuit, revealing the importance of traditional economies in the Eastern Amazon.

Keywords: Urban economic circuits; Resistance; Inequality; Informal credit.

RESUMEN: Este artículo analiza los circuitos superior e inferior de la economía urbana en Conceição do Araguaia (Pará, Brasil), destacando el papel activo del circuito inferior en la reproducción de la vida urbana en contextos de desigualdad. Con base en trabajo de campo (75 entrevistas) y en una revisión teórica sobre los circuitos de la economía urbana, demuestra que el circuito inferior — compuesto por pequeños comercios tradicionales — ha sido esencial para la generación de empleo (3,8 trabajadores por establecimiento), para el acceso al crédito informal (el 83% de los establecimientos ofrecen "fiado") y para la resistencia socioespacial de grupos marginados, entendida como la permanencia y la reproducción de prácticas económicas tradicionales frente a la lógica hegemónica del capital, especialmente en barrios periféricos. Mientras el circuito superior marginal (empresas de retail y cooperativas) impone barreras como la escolaridad superior y la edad máxima para la contratación de trabajadores, el inferior absorbe mano de obra excluida, operando como red de supervivencia. Los resultados cuestionan la narrativa hegemónica que asocia el desarrollo únicamente al circuito superior, revelando la importancia de las economías tradicionales en la Amazonía Oriental.

Palabras clave: Circuitos de la economía urbana; Resistencia; Desigualdad; Crédito informal.

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado, defendida no final do ano de 2023, que buscou, a partir da atuação dos dois circuitos da economia urbana, realizar uma abordagem baseada nas dinâmicas espaciais e econômicas de uma pequena cidade da Amazônia Oriental, Conceição do Araguaia, no estado do Pará, evidenciando a relação entre sua população e o comércio. Conforme Freire (1979), a constituição do ser humano ocorre por meio das relações sociais, as quais possibilitam criar e reforçar laços de empatia e solidariedade. Nessa perspectiva, Santos (2014) compreende o indivíduo como parte indissociável da sociedade em movimento, cujas ações e práticas são realizadas através da relação com os outros e com o mundo. Ao longo da referida pesquisa, foram abordadas as divergências de atuação entre o circuito superior e o inferior, que permitem construir uma discussão necessária para desmitificação da ideia de desenvolvimento atrelada exclusivamente ao superior, isto é, que também pode demonstrar o papel ativo contemporâneo do circuito inferior na reprodução da vida urbana.

A teoria dos circuitos da economia urbana foi proposta no final da década de 1970 por Santos (2008), que expõe suas ideias sobre a economia dos países subdesenvolvidos na obra Espaço Dividido. O autor destaca que os atores responsáveis pela planificação econômica da época negligenciaram a existência do circuito inferior. De acordo com suas proposições, os circuitos da economia urbana apresentam-se como subsistemas do sistema econômico, divididos em superior, superior marginal e inferior. O primeiro compreende as grandes empresas e os comércios de exportação e importação; o segundo envolve agentes intermediários, que atuam entre os outros dois por meio de atividades que não despertam grandes interesses ao superior; enquanto isso, o terceiro abarca pequenos estabelecimentos, especialmente os de características mais tradicionais. Por essa razão, Arroyo (2008) enfatiza que os circuitos da economia urbana estão centrados nos agentes econômicos.

Conforme Santos (1993), durante o processo de urbanização brasileiro no século passado, ocorre um significativo crescimento da população urbana e do setor terciário da economia, processo denominado turbilhão demográfico e terciário. Contudo, para a compreensão da realidade dos países subdesenvolvidos, Santos (2008) argumenta que o circuito inferior possui maior amplitude analítica do que a noção de setor terciário. Enquanto este se refere a um conjunto de atividades econômicas formalmente classificadas, o inferior abrange métodos de trabalho não formalizados, relações econômicas baseadas na proximidade e na confiança (como o crédito pessoal) e práticas de sobrevivência que não se reduzem à lógica da acumulação capitalista, apontadas como fundamentais para a vida nos países subdesenvolvidos, principalmente para a população pobre[1], ou seja, os não empregados, subempregados e assalariados de baixa renda.

A cidade lócus da pesquisa, Conceição do Araguaia, em sua gênese, mantinha fortes ligações com o rio Araguaia como modo de vida, importante via de navegação e de transporte, realidade que foi se modificando com a introdução de novas vias de penetração, como as rodovias. Nesse município, ao longo dos anos, observa-se a

[1] Cabe esclarecer que Santos (2008) não se refere a qualquer "não empregado", mas especificamente àquela cuja inserção no mercado de trabalho é precária ou inexistente em condições dignas: os não empregados estruturalmente excluídos do mercado formal, os subempregados que trabalham em condições precárias e os assalariados cuja remuneração é insuficiente para o acesso regular a bens de consumo considerados socialmente indispensáveis. Trata-se, portanto, de uma definição de pobreza estrutural, e não meramente ocupacional.

abertura, o fechamento e a reabertura de estabelecimentos do circuito inferior, que, conforme Santos (2008), constituem acontecimentos banais dentro do sistema da economia urbana. Entretanto, a cidade também vem recebendo a instalação de empresas do circuito superior, como cooperativas de crédito, hipermercados e lojas de varejo de eletrodomésticos e eletrônicos. Além disso, nos últimos anos, ocorreu a instauração de uma empresa de mineração voltada à extração de níquel, com previsão de início das atividades para 2024. Contudo, diante de diversos problemas[2] ambientais, sociais e econômicos, a empresa paralisou suas operações em 2023, alegando déficit orçamentário.

Na percepção de parte da população, as grandes empresas são vistas como indutoras do desenvolvimento local devido ao seu aporte de capital e modernização, gerando especulações sobre seu extenso potencial de geração de empregos, conferindo-lhes maior visibilidade na esfera política e social, bem como concedendo-lhes caráter de indispensabilidade. Essa narrativa, alinhada ao ideário capitalista-neoliberal, consolida uma noção de desenvolvimento atrelada exclusivamente ao viés econômico dos grandes empreendimentos, relegando a um segundo plano o papel socioeconômico dos pequenos comércios. Tal constatação constituiu uma das inquietações centrais que motivaram esta pesquisa.

Como objetivo principal do estudo, buscou-se evidenciar de que modo se conformaram as relações socioeconômicas entre a população, os pequenos e os grandes comércios no âmbito da geração de emprego e renda e da sociabilidade, destacando alguns contrapontos entre os circuitos. Para tanto, a realização de pesquisa bibliográfica e de trabalho de campo foram indispensáveis, pois possibilitaram a obtenção de dados relevantes para posterior análise e tabulação.

O artigo está estruturado em cinco seções, sendo quatro partes teóricas e as considerações finais. Na primeira, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa de campo e a caracterização dos sujeitos entrevistados. Na segunda, o contexto histórico-geográfico de Conceição do Araguaia – PA é traçado, com destaque aos padrões de organização espacial que marcaram sua formação e expansão urbana. Na terceira, a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos é revisitada, enfatizando seus fundamentos conceituais e sua pertinência para a análise de cidades amazônicas. Na quarta, os dados empíricos são apresentados, examinando as relações entre os dois circuitos no que tange à geração de emprego, às condições de contratação e à concessão de crédito informal. Por fim, nas considerações finais, são discutidos os principais achados da pesquisa e suas implicações para a compreensão do papel do circuito inferior na reprodução da vida urbana.

2 Recorte da pesquisa e metodologia

O recorte da pesquisa foi delimitado em escala intraurbana (**Figura 1**), ocorrendo tanto no centro tradicional quanto em bairros marginais, visando compreender e identificar o uso do território que, conforme Santos e Silveira (2006), apresenta-se como revelador das diferenças das condições de vida de sua população – divergências essas que se manifestam nos distintos usos do território pelos agentes hegemônicos e subalternos. Na cidade araguaiana, especificamente, pode ser vista a partir das ações dos agentes dos circuitos superior e inferior. A opção pela

2 Levy (2024), na matéria intitulada “Por que a mineradora Horizonte Minerals deixou o Pará?”, aborda os impactos da empresa no município.

entrevista justifica-se por esse método funcionar como instrumento de coleta de dados para a compreensão e para a identificação do uso do território por esses agentes, pois, segundo Silva (2020a), é necessário que haja interação social, confluindo na significação e ressignificação do conteúdo urbano, posto que essa interação consiste na percepção e compreensão das dinâmicas dos comércios de consumo e serviços.

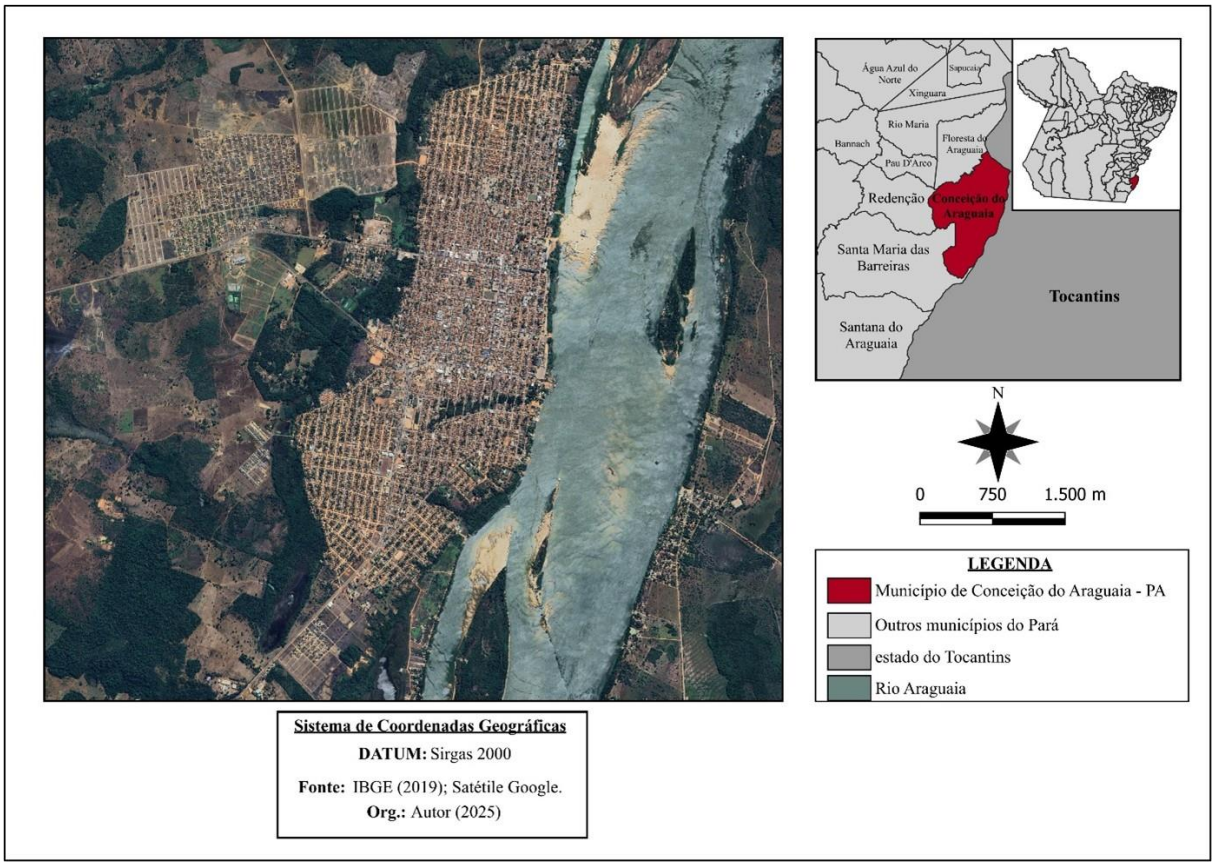


Figura 1. Localização do município de Conceição do Araguaia – PA. Fonte: Ribeiro (2026).

Para as entrevistas, foram formulados três roteiros semiestruturados, compostos por questões qualitativas e quantitativas: um questionário destinado aos moradores (consumidores), contendo 13 perguntas; outro voltado aos comerciantes do circuito inferior, com 17 perguntas; e um terceiro direcionado aos comerciantes do circuito superior, composto por 11 perguntas. A estruturação desses roteiros aconteceu com base na abordagem de Santos (2008), isto é, contemplando as categorias analíticas dos circuitos da economia urbana. Os roteiros de entrevista foram aprovados pelo Comitê de Ética e aplicados exclusivamente a indivíduos com 18 anos ou mais.

Os entrevistados tiveram suas identidades resguardadas, preservando as informações recebidas e garantindo a confidencialidade. Para isso, foram utilizados codinomes, como *Responsável C.S. 1, Responsável C.S. 2, Responsável C.S. 3* e assim sucessivamente para os entrevistados do circuito superior; *Responsável C.I. 1, Responsável C.I. 2, Responsável C.I. 3* para os do inferior; os moradores entrevistados foram identificados como *Morador 1, Morador 2, Morador 3* e assim sucessivamente.

As abordagens ocorreram de maneira aleatória: algumas vezes na rua, outras nas residências e/ou nos estabelecimentos comerciais dos entrevistados. Quando necessário, houve agendamento prévio para realização das entrevistas, objetivando um ambiente/horário oportuno aos entrevistados. Contudo, foi preciso manter-se atento

aos pormenores das respostas obtidas nessas entrevistas. Para tanto, o diário de campo foi utilizado e nele foram realizadas as anotações dos aspectos "não ditos", como sugere Brandão (2007). Após as entrevistas com os primeiros moradores, outros potenciais participantes foram identificados para compor a pesquisa. Diversas vezes as pessoas abordadas transpareceram desconfiança, por isso surgiam respostas ríspidas diante da possibilidade de concessão da entrevista. Essa desconfiança revela um aspecto relevante da pesquisa: em contextos de vulnerabilidade e informalidade, a resistência ao diálogo com pesquisadores pode ser interpretada como uma forma de proteção do território e das práticas de sobrevivência frente a um olhar externo, principalmente em razão de experiências anteriores negativas. Tal fato dificultou o trabalho de campo, prolongando o tempo para a sua realização.

Dessa maneira, foram realizadas 75 entrevistas, divididas da seguinte forma: 42 com moradores, 29 com donos ou gerentes dos estabelecimentos do circuito inferior e quatro com os responsáveis pelas empresas do superior. Os estabelecimentos do circuito inferior abrangem entidades que exercem atividades diversas, dentre elas, açougues, mercearias, oficinas mecânicas, postos de combustível e outros. Já o circuito superior conta com seis estabelecimentos[3], dentre os quais apenas quatro concederam entrevista. São eles: uma cooperativa de crédito e três lojas de varejo de eletrodomésticos e eletrônicos. Uma cooperativa de crédito e um hipermercado não demonstram interesse em participar.

3 Aspecto histórico-geográfico e de organização espacial de Conceição do Araguaia – PA

Conceição do Araguaia está situada na região geográfica intermediária e imediata de Redenção – PA (IBGE, 2020), à margem oeste do rio Araguaia, na divisa com o estado do Tocantins. A capital tocantinense, Palmas, está a pouco mais de 300 quilômetros, configurando a capital mais próxima da cidade araguaiana em questão, pois a metrópole paraense, Belém, localiza-se a mais de 1.000 quilômetros, dificultando a dinâmica com esse centro devido à distância.

A cidade foi fundada por Frei Gil de Vila Nova[4], às margens do rio Araguaia, em 14 de abril de 1897. A fundação da cidade foi motivada pela presença de missionários dominicanos que vieram para a região com a finalidade de catequizar os povos originários, conforme Ianni (1979). Conceição do Araguaia, como aponta Tavares (2008), foi o 58º município dos 144 do Pará. De acordo com os dados do IBGE (2010), detém uma área equivalente a 5.829 km², ocupando o 46º lugar em extensão territorial no estado paraense e o 4º dentre oito cidades da região imediata[5].

Antes de sua elevação à categoria de município (1897), o pequeno núcleo urbano chamava-se Freguesia do Araguaia, local oficial de parada dos navegadores do rio Araguaia, pois o curso representava a principal via de transporte de pessoas e produtos para outras localidades, além de um modo de vida e de sustento basilar. Segundo

[3] A mineradora não foi incluída entre os estabelecimentos selecionados para a realização das entrevistas, pois ainda estava em processo de instalação.

[4] Pertencente à ordem dominicana francesa de Toulouse (Audrin, 1946); (Ianni, 1979).

[5] A região imediata de Redenção: Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Pau-d'Arco, Redenção, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.

Ianni (1979), junto à formação desse núcleo urbano, simultaneamente, iniciaram-se as roças e a criação de animais, formando uma economia extrativista e de subsistência, possibilitando a instituição de um pequeno comércio entre essa região e a cidade de Belém.

Seguindo o curso hídrico do rio Araguaia, na orientação norte-sul, surgiu uma das primeiras vias, a contemporânea rua Couto Magalhães, próxima à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (**Figura 2**). A capela operou como um dos primeiros agentes de concentração de pessoas (Corrêa, 2016), provocando aglomeração em seu entorno imediato, no qual foram se formando residências e estabelecimentos comerciais, como bares e mercearias. Até meados da década de 1960, o rio Araguaia exercia grande influência em Conceição do Araguaia, especificamente no que tange às atividades econômicas e de subsistência, como a pesca e a escoação da produção local. O referido cenário foi assinalado por Ianni (1979, p. 51), que destacou que o Araguaia "[...] definia o ritmo e o andamento das comunicações e transações [...]" entre Conceição e Belém.



Figura 2. (a) Igreja de Nossa Senhora da Conceição no século XX. (b) Nossa Senhora da Conceição no século XXI. Fonte: Ferreira (1957) e Ribeiro (2023).

O contexto histórico-geográfico da cidade em debate converge com os padrões de ocupação e organização do espaço na Amazônia, elaborados por Porto-Gonçalves (2001), identificados como (1) rio-várzea-floresta e (2) estrada-terra-firme-subsolo, que são, entre si, contraditórios. Tais padrões expressam diferentes formas de uso do território que se sobrepõem historicamente: o primeiro marcado pela centralidade dos corpos hídricos como sistemas de objetos e fluxos; o segundo impulsionado pelas rodovias e demais vias de penetração, redefinindo as ações dos agentes públicos e privados sobre o território. Ambas as configurações possuem relações intrínsecas com a subsistência e a dinâmica econômica das cidades e das populações amazônicas. Ou seja, nessa perspectiva, entende-se que Conceição do Araguaia, do mesmo modo que outros municípios da Amazônia, emergiu no ínterim do primeiro padrão de organização espacial, isto é, rio-várzea-floresta. Essa relação foi alterada para o segundo padrão no último quartel do século passado.

A partir dos últimos 25 anos do século XX, no contexto do Plano de Integração da Região Amazônica ao restante do território brasileiro (Oliveira, 1991), empreendido por meio da construção de novas vias de penetração,

as rodovias passaram a empenhar maior influência na dinâmica da cidade e, concomitantemente, da região, como é o caso da PA-447, que provocou expansão urbana em Conceição do Araguaia. Corrêa (2004; 2016) ressalta que o Estado atua como um dos agentes produtores do espaço, podendo exercer papel de concentração e/ou dispersão, ao mesmo tempo em que (re)produz as condições para a valorização de determinadas áreas. Na perspectiva de Santos e Silveira (2006), a atuação estatal se traduz na criação de novos sistemas de objetos, dentre os quais as rodovias, que alteram os sistemas de ações, redefinindo os usos do território e gerando novas centralidades e processos de descentralização urbana.

A construção das rodovias dentro do território de Conceição do Araguaia contribuiu para a expansão da malha urbana, ocasionando um fluxo significativo de deslocamento populacional da beira do rio – nas proximidades da igreja matriz – para a beira da estrada, resultando na ampliação do conteúdo urbano e acarretando na reorganização do espaço e no surgimento de nova(s) centralidade(s). A **Tabela 1** apresenta alguns estabelecimentos na Zona Sul de Conceição do Araguaia, dentro de um trajeto pouco superior a 3,5 quilômetros, conforme demonstrado na **Figura 3**.

Tabela 1. Estabelecimentos do circuito inferior na Zona Sul de Conceição do Araguaia – PA.

TIPO DE ESTABELECIMENTOS	QUANTIDADE
Academia	1
Açougues	2
Bares	4
Distribuidoras de bebidas	6
Distribuidoras de Gás	2
Eletrônica	1
Farmácia	1
Lava-rápidos	2
Lojas de celular	2
Lojas de materiais de construção	2
Lojas de roupas	6
Mercados[6] (comércios, mercantis, minimercados etc.)	14
Oficinas (de bicicleta, moto e/ou carro)	9
Padarias	4
Posto de combustível	1
Refrigeração	1
Residências sem ponto comercial[7] (salgados, geladinha, mototáxi)	6
Restaurantes/espetinhos	5
Salões (masculinos e femininos)	6
Sorveteria	1
TOTAL	76

Fonte: Ribeiro (2026).

A diversidade de estabelecimentos listados na Tabela 1 revela a heterogeneidade do circuito inferior na Zona Sul de Conceição do Araguaia. É possível observar a presença tanto de comércios tradicionais (mercados,

[6] "Mercados" apontados na Tabela 1 se referem aos comércios de secos e molhados, de produtos de higienização e limpeza, hortifrúti e granjeiros.

[7] Essa forma de tentativa de ganho de renda nos espaços das residências configura o que Santos (2008) coloca como a tentativa de fugir dos impostos por parte de quem já possui uma renda bastante pequena.

açougues, padarias) quanto de serviços (oficinas, salões, lava-rápidos) e de atividades que combinam residência e ponto comercial. Esse padrão de concentração de estabelecimentos ao longo de um trajeto de pouco mais de 3,5 km indica a formação de uma descentralidade, que atende principalmente às demandas de consumo da população residente nos bairros da região, reduzindo sua necessidade de deslocamento até o centro tradicional. A presença significativa de mercados (14) e oficinas (nove) sugere que as atividades vinculadas ao abastecimento alimentar e à manutenção de veículos – essenciais para a reprodução da vida cotidiana – são predominantes nesse circuito.

O Estado, ao atuar como proprietário de empresas estatais, indutor de políticas de desenvolvimento e regulador do uso do solo, interfere diretamente na organização do território, segundo Corrêa (2004). Para além da construção das rodovias impactando significativamente os modos de vida e a expansão da malha urbana conceicionense, a atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)[8], conforme Ianni (1979), expandiu a empresa agropecuária e reduziu o campesinato, estimulando o êxodo rural em âmbito local e regional. Esse processo acarretou o rearranjo espacial, provocando um movimento que desloca a população para outras áreas, gerando a necessidade de novos pontos comerciais, possibilitando, consequentemente, o surgimento de uma descentralidade.

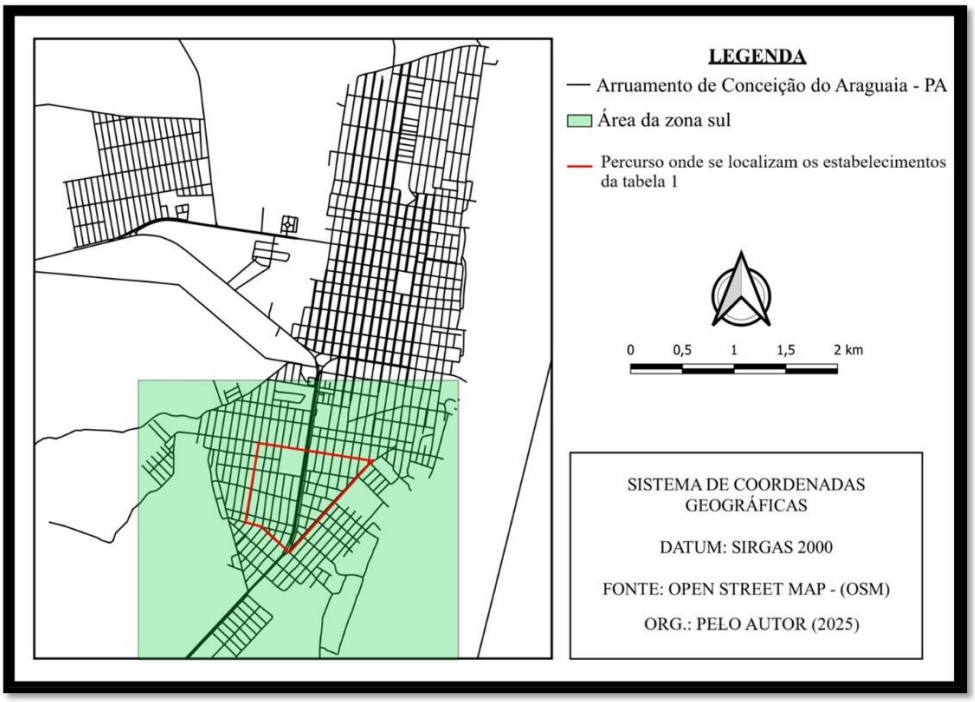


Figura 3. Localidade dos comércios do circuito inferior da Tabela 1. Fonte: Ribeiro (2026).

Nesse recorte, constata-se que, na Zona Sul conceicionense, localizam-se diversos bairros, como Emerêncio, Vila Nova, Vila Cruzeiro, Morada do Sol, Alto Araguaia, Alto Verde, Vila dos Pescadores, Vila Real I, Vila Real II, Tancredo Neves, Portal do Sol, Flamboyant e Jardim Tropical. Perpassando por vários desses, estão algumas ruas principais, como rua 10, 11 e 40, assim como as avenidas Marabá e Santarém, que possuem maiores fluxos de

[8] Sucessora da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA na ditadura militar, com a finalidade de atender as novas estratégias de desenvolvimento da região (Oliveira, 1991).

pessoas e significativo número de estabelecimentos misturando-se às residências, conformando características de uma descentralidade.

Silva e Lira (2020) entendem a descentralidade como um processo que decorre da ação demográfica e espacial de atividades comerciais e serviços que provocam transformações na malha urbana, ou seja, o processo de descentralização das atividades varejistas surge para atender às necessidades de consumo da população. Conforme Silva (2020b), a produção espacial em locais com características de centro provoca a formação de núcleos secundários em espaços distintos da cidade. Esses núcleos apresentam dupla função: comercial e residencial. Segundo Freire (2010), o processo em tela proporciona maior dinamização nas novas áreas da cidade, acomodando mais estabelecimentos comerciais.

A partir disso, pode-se destacar que a descentralização possibilita o acesso aos bens e serviços nas áreas marginais sem a exigência de deslocamento até o centro da cidade. Para Camagni (2005), o deslocamento de pessoas no espaço é condicionado pela existência de inúmeras barreiras. A acessibilidade, por sua vez, traduz a superação dessas barreiras em amplos aspectos, inclusive no intercâmbio de serviços, bens e/ou informações. Segundo as contribuições de Andrade (2020), centralidade e acessibilidade são temas que estão relacionados às localizações das atividades comerciais.

Por outro lado, o centro surgiu em meio ao processo de concentração de comércio de bens e serviços, presença de gestão pública e privada, oferta de lazer e valorização material e simbólica (Sposito, 2008). Tratando-se de escala intraurbana, conforme Silva (2020b, p. 266), "o centro é o espaço-tempo por excelência da fluidez complexa condizente ao nível hierárquico da cidade e à necessidade de circulação de capital". Para esse autor, acessibilidade e modernização configuram-se como elementos de reestruturação da paisagem urbana. As empresas de atividades tidas como modernas, geralmente, buscam instalar-se em locais centrais ou com tendência de centralidade.

Desse modo, estabelecimentos dos dois circuitos da economia urbana ocupam todos os espaços da cidade. Na maioria das vezes, os mais modernos visam os centros intraurbanos, localidades com maior fluxo de pessoas e capital. Simultaneamente, estabelecimentos comerciais do circuito inferior, apesar de mais dispersos, também aparecem nos centros, contudo, mais com caráter de sobrevivência do que de acumulação – um dos principais motivos que caracteriza sua dispersão pelos bairros marginais. Santos (2008), de maneira ampla, enfatiza que as empresas dos dois circuitos da economia urbana ocupam os centros das cidades e podem compartilhar dos mesmos clientes.

4 A abordagem teórica sobre os circuitos da economia urbana

Na teoria espacial de Santos (2008) sobre os dois circuitos da economia urbana, as cidades dos países periféricos não devem ser estudadas de maneira homogênea, mas sim a partir dos subsistemas oriundos da modernização[9] que compõem esse ramo da macroeconomia. Segundo Cataia e Silva (2013), os circuitos da

[9] Para Santos (2008), é a característica essencial e indissociável, apresentada em escalas diferentes, que, agindo pelo seu imperativo e pela realidade social, adapta o aparelho econômico diante de alguns fatores, criando os circuitos econômicos responsáveis pelos processos econômicos e de organização do espaço. Conforme Castilho (2014), antes de tudo, modernização é um processo de expansão do capitalismo pelos lugares, sendo o resultado de como as lógicas modernas se impõem no espaço e no contexto de um processo de territorialização.

economia urbana permitem revelar singularidades sobre a urbanização dos países periféricos, além de oferecer caminhos analíticos para a compreensão do funcionamento dessas cidades, especialmente a partir de atividades que apesar de não integrarem o circuito moderno, são fundamentais para a geração de emprego e renda. Para Santos (2008) e conforme concorda Silveira (2015, p. 247), os "[...] circuitos consistem em um conjunto de atividades desenvolvidas com diferentes graus de capital, tecnologia e organização, resultantes de duas causas interligadas: a modernização capitalista e a desigualdade na distribuição de renda".

Tanto no passado quanto no presente, a teoria dos circuitos contribui para a compreensão dos nexos e das rupturas que estruturam a cidade, ampliando a coesão interpretativa e a capacidade analítica. Nesse sentido, Silveira (2015, p. 247) destaca que "na interdependência social entre demandas e ofertas, os circuitos da economia urbana contribuem para a construção da coesão, mas, devido à segmentação da produção, resultante dos desiguais graus de capital, os circuitos refletem a fragmentação da vida social e econômica".

Uma das principais contribuições da obra O Espaço Dividido (2008) reside na elaboração teórica acerca do espaço e da urbanização nos países periféricos, analisando os impactos da modernização em seus territórios e considerando as dimensões econômica e política como elementos fundamentais para a compreensão desses processos. Sposito (2020) reforça que a produção teórica em destaque está direcionada à compreensão do espaço humano. Para Santos (2008), o Terceiro Mundo não deve ser visto como um mundo em desenvolvimento, mas sim como subdesenvolvido, principalmente, prenhe de características próprias. Embora os elementos do espaço sejam os mesmos em todo o mundo, suas combinações qualitativas e quantitativas assumem configurações distintas, em consonância com os processos específicos de cada lugar.

Nesse sentido, as contribuições de Santos (2008) tornam-se mais evidentes à medida que as pesquisas sobre os circuitos são aprofundadas. Cárdenas, Bini e Bejarano (2013) ressaltam que os circuitos da economia urbana são responsáveis não apenas pelo processo econômico, mas também pela organização do espaço urbano. Segundo Jordão (2022), a definição dos circuitos da economia não é rígida, mas sua caracterização não pode ser elaborada com base em variáveis isoladas, e sim priorizando as atividades que os compõem. Logo, está ligada ao conjunto das atividades e à localização da população associada a eles, seja no âmbito dos negócios, seja no do consumo (Cárdenas; Bini; Bejarano, 2013). Conforme Santos (2008, p. 42):

> Cada circuito se define por: 1) o conjunto das atividades realizadas em determinado contexto; 2) o setor da população que se conecta a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo. [...] todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem: trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categorias sociais ligadas ao outro circuito.

Os circuitos economia propostos na década de 1970 por Santos (2008) estão intrinsecamente ligados às funcionalidades econômicas das cidades nos países subdesenvolvidos, atuando não como uma dualidade, mas como uma bipolaridade[10], em outros termos, apresentando intensidades diferentes na forma de produção e de consumo, ao mesmo tempo em que evidenciam a seletividade socioeconômica característica dessas sociedades. Tal seletividade é aprofundada através dos meios de transporte que integram a dialética espacial dos circuitos (Santos,

[10] Santos (2008) estabeleceu uma distinção conceitual: dualidade referir-se-ia a dois sistemas separados e estanques; bipolaridade expressaria a relação dialética e contraditória entre os dois circuitos, os quais coexistem no espaço urbano, com fluxos e interações contínuos, ainda que assimétricos.

2008). Em síntese, infraestruturas, embora tecnicamente acessíveis a todos, são planejadas e implantadas prioritariamente para atender à lógica do circuito superior, favorecendo a circulação de mercadorias e capitais em detrimento das necessidades cotidianas da população pobre. No caso brasileiro, esse processo foi intensificado a partir da segunda metade do século XX, quando a integração nacional do território – viabilizada pela expansão das rodovias e pela modernização dos sistemas de transporte – proporcionou a mobilidade do capital e das mercadorias, mas não necessariamente a das populações marginalizadas (Santos, 1993).

Atualmente, a economia demanda áreas contínuas dotadas de infraestruturas coletivas e unitárias, indissociáveis em seu uso produtivo. No entanto, esse equipamento coletivo é, na realidade, destinado às empresas hegemônicas. Construídas com recursos públicos, essas organizações aprofundam o uso seletivo do território, excluindo e/ou marginalizando a maior parte da economia e da população (Santos e Silveira, 2006).

Nesse contexto, o meio técnico-científico-informacional revela-se imprescindível. Contudo, é importante destacar que o Estado tende a atender prioritariamente às demandas das grandes empresas, proporcionando-lhes infraestruturas e recursos que excedem suas necessidades imediatas. Diante disso, observa-se que o discurso neoliberal prega um Estado mínimo no âmbito das políticas sociais enquanto necessita-se de um Estado ativo para a garantia das condições indispensáveis à reprodução e à expansão do capital. No entanto, para uma parcela significativa da população, especialmente os mais pobres, o Estado já se apresenta como mínimo perante as dificuldades cotidianas enfrentadas na luta pela sobrevivência. Esses grupos ocupam e criam espaços para sua atuação, como destaca Jordão (2022, p. 86): "[...] os trabalhadores do campo e da cidade usam o território como um abrigo, buscando constantemente adaptar-se ao espaço, recriando estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares".

Os interstícios são preenchidos pelos agentes do circuito inferior, que, segundo Arroyo (2008), reagem à segregação social. A autora destaca que, às margens dos circuitos, concentra-se uma multiplicidade de atores econômicos ocupando pequenos espaços e preservando-os como territórios de cultura, vida e liberdade. Diante disso, a cidade abriga múltiplas formas de produção e de consumo, tornando-se um espaço de intensa circulação econômica e, ao mesmo tempo, marcado pela fragmentação decorrente da divisão do trabalho. Esse cenário evidencia que a cidade resulta da relação dialética e indissociável entre os circuitos da economia urbana, de modo que "é uma totalidade una e fragmentada que pode ser analisada a partir de tais circuitos [...]" (Silveira, 2013, p. 65).

Para a autora (ibidem, p. 67), "[...] os circuitos da economia urbana constituem um movimento complexo e contraditório". Retomando essa formulação, Sposito (2020) observa que a dialética espacial entre os dois se manifesta na dominação do espaço e na conquista do mercado, tanto pelo superior, que busca a unificação total do mercado, quanto pelo inferior, que reivindica parte da produção espacial e compete com o moderno.

A diferença fundamental entre as atividades dos dois circuitos reside nas assimetrias de organização, capital e tecnologia que caracterizam cada um deles. No superior, usa-se tecnologia importada e de alto nível, definida por Santos (2008, p. 43) como "de capital intensivo"; enquanto no inferior é "intensiva em trabalho" local ou adaptada localmente. Outra diferença essencial reside na integração dos circuitos: no superior, embora as atividades sejam

realizadas localmente, a integração ocorre em cidades do nível hierárquico superior, seja no país, seja no exterior; já o inferior está integrado localmente.

Arroyo (2008) reforça a importância de enxergar a cidade como uma totalidade, entendendo-a como local de produção e reprodução da vida social, espaço de coexistência entre diferentes grupos e lugar que abriga representações, interpretações, redes e fluxos, independentemente de sua localização ou tamanho. Para Silveira (2013), a contiguidade presente na economia inferior é um dado fundamental, pois permite a socialização que vai da produção ao convívio, envolvendo mão de obra, pequenos capitais e técnicas variadas.

A análise dos circuitos da economia urbana permite uma aproximação à totalidade da cidade, na medida em que contempla a diversidade de agentes e atividades que compõem o espaço urbano, marcados por diferentes níveis de organização, tecnologia, trabalho e capital. Eles são, portanto, adequados para revelar que o trabalho é comum, circular e solidário (Arroyo, 2008).

Como destacado, os circuitos participam da organização do espaço, que, segundo Santos (2008), pode ser compreendida em dois níveis: 1) pelas atividades capazes de realizar uma macroorganização e 2) pelas atividades incapazes de efetivar essa macroorganização. O autor ressalta que, por meio do Estado e das atividades das empresas modernas, são produzidos os elementos da macroorganização, limitando o circuito inferior a espaços mais restritos.

Para Silveira (2013, p. 65), "nesse jogo desigual entre agentes no uso do território, o Estado é uma mediação fundamental, e daí surge seu papel explicativo no esquema de análise". A cidade é vista como a superposição de divisões do trabalho morto – representado pelo meio construído – e de divisões do trabalho vivo – entendido como mercado. Segundo Santos (2008, p. 279), "[...] do ponto de vista institucional, o Estado constitui o nível superior da estrutura. O Espaço-Estado é o sistema que inclui e do qual dependem todos os outros". Com isso, entende-se que a intervenção do Estado no país facilita a inserção de novas atividades, tanto modernas quanto não modernas, abrangendo os dois circuitos da economia urbana e gerando novos empregos.

Nesse sentido, destaca-se o papel do Estado na expansão da malha intraurbana de Conceição do Araguaia. Ao viabilizar a abertura de novas vias e regular o uso do solo, criou condições para o crescimento dos estabelecimentos do circuito inferior, especialmente na Zona Sul da cidade. Esse processo resultou na formação de novos pontos de consumo, na geração de renda para a população local e na consolidação de espaços de sociabilidade nos bairros periféricos.

5 O contraponto dos circuitos superior e inferior da economia urbana: as relações existentes, emprego, consumo e crédito

A análise da organização espacial e da expansão intraurbana em Conceição do Araguaia evidencia a complexidade das relações socioespaciais nas quais Estado e circuitos da economia urbana desempenham papéis fundamentais. Os circuitos expressam as capacidades quantitativas e qualitativas de produção e consumo nas cidades dos países subdesenvolvidos. A partir dessa compreensão, torna-se possível analisar os dados relacionados aos aspectos socioespaciais, começando pela localização e pela situação dos imóveis (**Tabela 2**), isto é, se são próprios ou alugados, traçando um diálogo com a abordagem sobre fixos e fluxos. Para Santos (2006), tais

elementos são ricos em informação: os primeiros permitem, por meio das ações, redefinir os lugares, ocasionando novas condições sociais e ambientais; os segundos resultam, direta e/ou indiretamente, das práticas que atravessam ou se instalam nos fixos. Juntos, expressam e interagem com a realidade geográfica.

Tabela 2. Situação dos imóveis (próprios ou alugados).

Situação do imóveis	Circuito Superior	Circuito Inferior
Próprios	0	17
Alugados	4	12

Fonte: Ribeiro (2023).

A partir da investigação sobre a situação dos imóveis, verifica-se que todos os estabelecimentos do circuito superior – entrevistados ou não – estão localizados no centro tradicional e possuem construções superiores a 120 m². Entretanto, dentre os comerciantes que concederam entrevista, todos os imóveis aos quais são responsáveis são alugados, ou seja, suas estruturas são preexistentes e foram refuncionalizadas. Assim, foi realizada apenas a reestruturação do espaço, cenário que vai ao encontro das ideias apontadas por Corrêa (2016), de que, devido ao custo reduzido da reestruturação, a flexibilidade funcional apresenta-se como melhor investimento para as empresas (**Figura 4**). Ainda nesse contexto, percebe-se que, diante do custo da compra da área associado à construção, melhor, ao gasto com materiais e serviços necessários para a modernização da estrutura, torna-se mais viável a reestruturação, pois representa menor dispêndio de capital e maior agilidade para entrada no mercado.



Figura 4. Estabelecimentos do circuito superior no centro tradicional. Dentre eles, (a) escritório da empresa de mineração, (b) hipermercado, (c) loja de rede de departamento e conveniência, (d) cooperativa de crédito, (e) loja de rede varejo de móveis e eletrodomésticos e (f) cooperativa de crédito. Fonte: Ribeiro (2026).

Por outro lado, aproximadamente 59% dos imóveis dos estabelecimentos do circuito inferior são próprios e 41% alugados, os quais possuem áreas relativamente pequenas[11] (**Figura 5**) em comparação aos do circuito superior, cujas áreas são superiores a 120 m². Como todos os comércios do inferior estão situados na descentralidade que se forma na Zona Sul de Conceição do Araguaia (**Figura 6**), necessitou-se identificar as razões que levaram à abertura desses comércios nessa localidade específica. Os entrevistados apontaram as seguintes motivações para esse fenômeno: grande fluxo de pessoas, pontos estratégicos, poucos comércios na localidade, pontos comerciais nas residências[12], possibilidade de abertura do próprio negócio e, sobretudo, oportunidade de obtenção de renda. Tais motivações estão alicerçadas em questões geográficas e socioeconômicas.

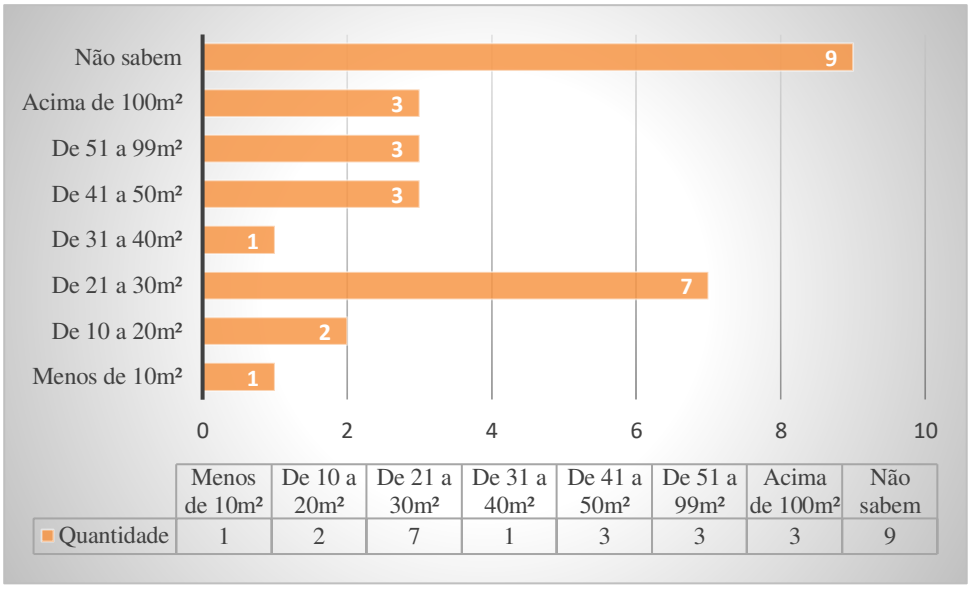


Figura 5. Tamanho da área dos estabelecimentos do circuito inferior em m². Fonte: Ribeiro (2023).

Segundo Arroyo (2008), os circuitos da economia urbana abrigam atividades orientadas para a acumulação de capital negócios e a expansão do negócio quanto atividades cuja reprodução depende, fundamentalmente, da busca pela sobrevivência. Por essa razão, Santos (2008) e Sposito (2020) enfatizam que o fator essencial do circuito superior é o capital, enquanto o trabalho simboliza o fator essencial do inferior.

[11] Somente três estabelecimentos têm área superior a 100 m². Apesar de haver pessoas que não sabiam antes a dimensão da área do comércio, a maior parte possui entre 21 e 30 metros.

[12] Conforme Santos (2008, p. 217), "é comum que o local de trabalho dos artesãos e o ponto de venda dos comerciantes sejam em sua habitação. [...] isso representa uma economia de tempo e de dinheiro e quase sempre constitui a única possibilidade de ter uma atividade econômica".



Figura 6. Estabelecimentos do circuito inferior na Zona Sul conceicionense. Fonte: Ribeiro (2023).

A **Figura 6** mostra alguns estabelecimentos em funcionamento na rua 11, bairro Vila Nova, dentre eles, um restaurante, uma oficina de motocicleta, um sobrado em construção que, atualmente, funciona como hotel. Na esquina, uma tenda e algumas cadeiras de plástico, na qual, no fim da tarde, são vendidos espetinhos. Conforme Santos (2008, p. 215), "[...] quanto mais pobre é a população, menor é a dimensão dos comércios", isto é, "[...] esses estabelecimentos ocupam pouco espaço". Porém, observa-se que, apesar de construídos em pequenos locais, esses estabelecimentos promovem mais opções de consumo à população, concomitantemente, criam possibilidades de existência e sobrevivência em meio à conjuntura contemporânea do sistema econômico vigente, simbolizando resistência. Para tanto, Santos (2008) destaca que, apesar das atividades de pequena dimensão, o circuito inferior mantém relação com sua região imediata, especialmente com a população de classe baixa, colocando em primeiro lugar a sobrevivência e, posteriormente, a acumulação.

Desta forma, conhecer e evidenciar as relações que compõem os dois circuitos economia são imprescindíveis para este trabalho. Tais vínculos exprimem-se na geração de emprego nos circuitos superior e inferior, bem como na concessão de crédito pessoal, ou melhor, na possibilidade do corriqueiro fiado, tornando-os fatores que auxiliam na e para a existência, a sobrevivência e a resistência. Assim, as **Tabelas 3** e **4** demonstram a quantidade de funcionários entrevistados por estabelecimento, sendo, respectivamente, trabalhadores do superior e do inferior.

Tabela 3. Geração de emprego pelo circuito superior.

Circuito Superior		
Nº de funcionários por estabelecimento	Quantidade de comércios	Total de funcionários
9 funcionários	2	18
13 funcionários	1	13
15 funcionários	1	15
Total	4	46

Fonte: Ribeiro (2023).

Verifica-se que os estabelecimentos do circuito superior entrevistados possuem 46 funcionários[13] em sua totalidade, representando uma média de 11,5 funcionários por empresa. Entretanto, ¾ desses estabelecimentos, isto é, 75% exigem alguns requisitos para a contratação desses trabalhadores. Tais requisitos variam entre: experiência, nível de escolaridade e, por vezes, idade máxima, como assinalou o (a) Responsável C.S. 1, que não contrata candidato com mais de 24 anos. No tocante ao nível de escolaridade, o (a) Responsável C.S. 3 enfatizou que há preferência por candidatos com nível superior. Isso fica mais evidente quando ele(a) afirma que somente 20% dos trabalhadores de sua empresa possuem nível médio, os outros 80% possuem nível superior. A **Figura 7** apresenta as porcentagens dos níveis de escolaridade exigidos para a contratação de trabalhadores nas empresas do circuito superior.

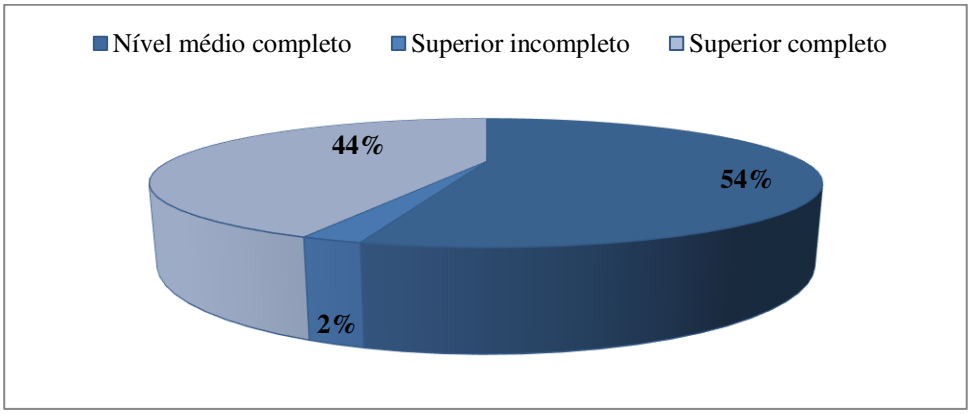


Figura 7. Nível de escolaridade dos candidatos aos empregos no circuito superior. Fonte: Ribeiro (2023).

Com a expansão da modernização no espaço geográfico corroborando para o alastramento do capitalismo, percebe-se o crescimento de profissões/funções que carecem de especialização e automação, destarte, essa realidade acaba criando restrições de emprego para as classes mais baixas e sem instrução. Nesse sentido, emerge um cenário que se conflui com as ideias de Silveira (2013, p. 67), isto é, de que "[...] boa parte da população urbana realiza trabalhos ocasionais e orientados a consumo banais [...] o circuito inferior nasce e se desenvolve em função tanto da insatisfação das demandas criadas pela economia hegemônica como do desemprego estrutural".

Tabela 4. Geração de emprego pelo circuito inferior.

Circuito Inferior		
Nº de funcionários por estabelecimento	Quantidade de comércios	Total de funcionários
1 funcionário	1	1
2 funcionários	4	8
3 funcionários	2	6
4 funcionários	2	8
5 funcionários	1	5
6 funcionários	0	0
7 funcionários	1	7

[13] Chamados, por diversas vezes, de colaboradores pelos responsáveis desses estabelecimentos durante as entrevistas.

8 funcionários	1	8
9 funcionários	2	18
16 funcionários	2	32
Trabalham sozinhos	11	11
Trabalham em família	2	6
Total	29	110

Fonte: Ribeiro (2023).

Por outro lado, os pequenos comércios da economia inferior geram emprego e/ou ocupação para 110 pessoas, resultando numa média de 3,8[14] trabalhadores por estabelecimento. Contudo, vale ressaltar que, em meio a esse quantitativo, há dois deles nos quais se trabalha em família. Ainda assim, mantém-se a geração de renda para as famílias que estão buscando não somente trabalhar, mas, principalmente, garantir sua sobrevivência. Conforme Santos (2008), prevalece, no circuito inferior, o emprego familiar, fato que auxilia na redução de encargos sociais e impostos e, concomitantemente, permite a ampliação da produção, diminuindo a utilização de capital de giro. Nesse contexto, tais circunstâncias apresentam-se de grande valia para o pequeno comércio.

Nas entrevistas, quando questionados sobre os requisitos[15] mínimos para a contratação de funcionários (**Figura 8**), 90% dos empregadores informaram não exigir nenhum requisito para a admissão de trabalhadores; 5% assinalaram exigir níveis de escolaridade e experiência e os outros 5%, por sua vez, somente experiência.

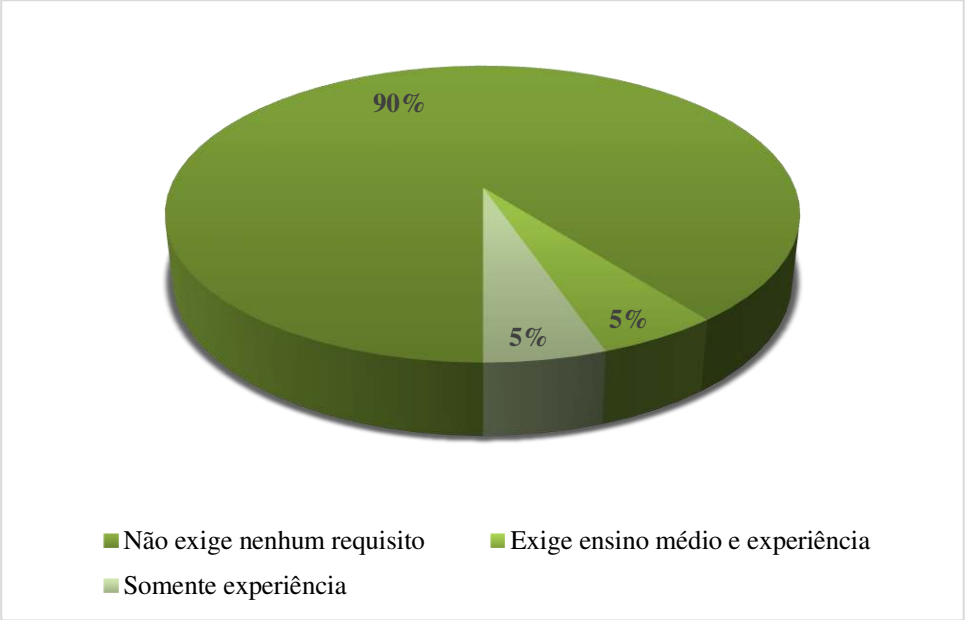


Figura 8. Requisitos para contratação de trabalhadores no circuito inferior. Fonte: Ribeiro (2023).

A partir da conjuntura desses dados, pode-se afirmar que, diferente do circuito superior, no inferior as exigências para se conseguir emprego são mais brandas, isso quando existem. Esse contexto reforça as ideias de

[14] Segundo Santos (2008), o quantitativo de emprego proporcionado pelo circuito inferior para a população pobre consiste na multiplicidade de pequenas empresas, sendo elas familiares ou individuais, porém ofertando pequeno número de empregos.

[15] Assinala-se que a conjuntura desses percentuais desconsidera os estabelecimentos que trabalham totalmente em família e/ou individualmente (que nunca contrataram funcionários).

Santos (2008), isto é, de que o circuito inferior atua como forma de geração de renda para a população pobre com pouco ou sem escolaridade e especialização. Para Montenegro (2006), o desempenho desse circuito simboliza papel fundamental na promoção de ocupação à população pobre, condição que possibilita a obtenção de renda para a classe baixa. Apesar das dificuldades, que não são poucas, deve-se, conforme Santos (2000), enquanto povos de baixo, existir para resistir.

Seguindo essa abordagem do circuito inferior como forma de auxílio para a existência, a sobrevivência e a resistência, constata-se a possibilidade da concessão de fiado[16] aos clientes (**Figura 9**) desses estabelecimentos. A partir disso, o Responsável C.I. 18 afirmou que "não há como não ter". "É o que mais tem", assinalou o Responsável C.I. 5; enquanto o Responsável C.I. 2 trouxe um ponto importante dessa concessão, assinalando que "o fiado existe, mas, na maioria das vezes, restringe-se aos amigos e aos clientes conhecidos", exigindo-se a existência de um vínculo para essa permissão, fato que, indiretamente, fomenta a construção de relações entre os sujeitos envolvidos nesse processo.

De acordo com Santos (2008), o crédito é essencial para o consumidor, sobretudo para os mais pobres, por não possuírem dinheiro constantemente, fazendo com que, através desse recurso, consigam sanar as necessidades básicas de suas famílias. Destarte, o autor assevera que o endividamento do pobre se dá pelas despesas correntes, em outras palavras, resultantes da luta pela sobrevivência. Por outro lado, para as classes média e alta, por despesas não casuais. Na visão de Arroyo (2008), os pobres utilizam o crédito mais na categoria de consumidores do que produtores, e o endividamento transforma-se numa estratégia de consumo.

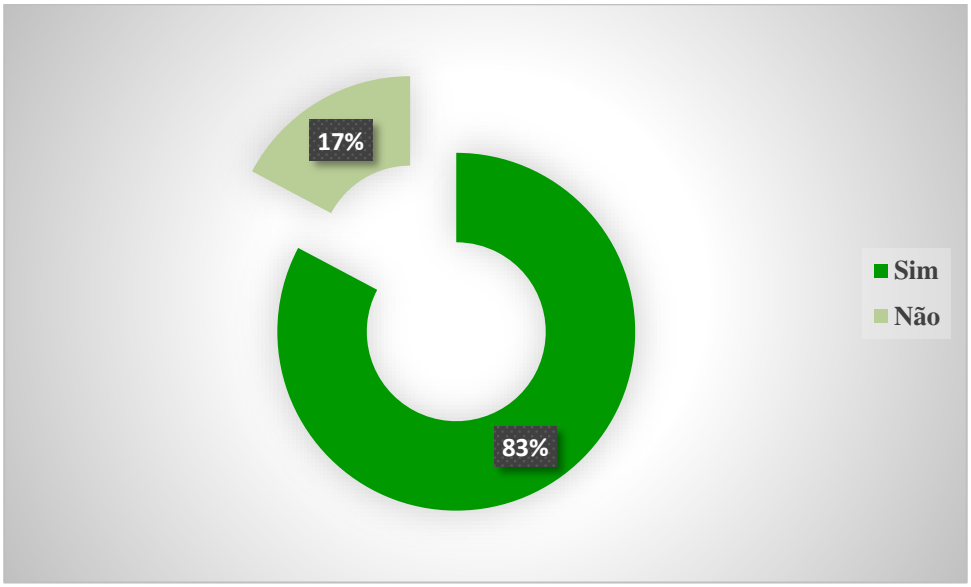


Figura 9. Percentual dos comércios que concedem crédito pessoal aos clientes. Fonte: Ribeiro (2023).

No inferior, verifica-se uma quantidade bastante expressiva de comerciantes que concedem fiado aos clientes, diferenciando-se do circuito superior, no qual os entrevistados, majoritariamente, apontaram indisponibilidade de crédito aos clientes, funcionando nesses estabelecimentos pagamentos preferencialmente à vista (dinheiro, PIX,

[16] A possibilidade de concessão de algum serviço ou produto para sanar alguma necessidade imediata sem fazer uso de cartões (caso tenha) ou realizar qualquer tipo verificação em sistemas. Ou seja, um crédito cedido através da confiança.

cartões de crédito e débito) ou, em alguns poucos casos, por meio do carnê da própria loja, no qual a compra pode ser parcelada, contudo, exige-se prévia consulta em sistemas de dados de clientes inadimplentes para a aprovação da última modalidade.

Essas abordagens evidenciam parte da realidade e das dificuldades enfrentadas pela população pobre nos países subdesenvolvidos, os quais são marcados por elevados índices de desigualdades, destacando-se aquelas de natureza social, espacial e econômica, que, por sua vez, se alargam diante da expansão do capital e da modernização, trazendo, no bojo do mercado de trabalho, altas exigências de especialização para contratação de funcionários, considerando um contexto em que a valorização do capital sobrepõe-se à valorização do ser humano (Santos, 2000). Por essa razão, torna-se essencial evidenciar a contribuição do circuito inferior para a construção das relações entre comércio e população, expressas para além da geração de emprego, mas visíveis na disponibilização de crédito para o consumo, que afeta de maneira positiva as formas de sobrevivência e (re)existência.

6 Conclusões

Esta análise demonstrou que os circuitos da economia exercem papel central na organização espacial e econômica das cidades de países subdesenvolvidos. Em diálogo com outros agentes, como o Estado, eles ocasionam mudanças nos modos de vida e nos padrões de consumo da população. Nesse âmbito, a renda proporcionada pela atuação desses circuitos econômicos assume papel fundamental para a sobrevivência e a (re)existência dos sujeitos, principalmente nos países com profundas desigualdades sociais e econômicas.

No contexto brasileiro, tornou-se comum a propagação de discursos que enfatizam a relevância e a necessidade das empresas do circuito superior na dinâmica econômica, em razão de características modernas e de seu potencial de geração de emprego. Tal valorização reflete, direta e indiretamente, a busca por emprego e renda. Contudo, concorda-se com Santos (2008) quando ele afirma que essas empresas não são capazes de suprir as necessidades básicas da população mais carente. Por essa razão, torna-se necessário evidenciar o circuito inferior como elemento fundamental para a geração de renda e a reprodução da vida da população pobre.

Desse modo, constata-se que a geração de emprego e renda em Conceição do Araguaia, vinculada ao circuito superior, representa uma média de 11,5 trabalhadores por estabelecimento, enquanto o circuito inferior registra média de 3,8 trabalhadores por estabelecimento. Esse resultado corrobora a ideia miltoniana de que a renda proveniente do circuito inferior se amplifica em razão da quantidade de estabelecimentos que o compõem. Outro ponto relevante refere-se aos requisitos exigidos pelos dois circuitos para a contratação de trabalhadores. Verificou-se que o circuito superior impõe requisitos mais elevados, como níveis mais altos de escolaridade – especialmente o ensino superior –, além de outros mais específicos, como idade máxima de 24 anos. Tais exigências dificultam a empregabilidade de indivíduos que, em decorrência das profundas desigualdades sociais, não tiveram acesso à formação escolar adequada. Em contrapartida, as exigências do circuito inferior são mais brandas – isto é, quando existem.

Para além desses pontos, enfatizou-se outra forma de auxílio para existência e sobrevivência proporcionada nos âmbitos do circuito inferior: o crédito pessoal ou fiado. Apontou-se que cerca de 83% dos comércios

assinalaram disponibilizar esses benefícios aos seus clientes, diferentemente do circuito superior, no qual essas opções não existem, sendo necessário o uso de dinheiro em espécie, cartão de crédito ou aprovação cadastral prévia para concessão de crédito através de carnês. O crédito pessoal converge com a ideia da existência de relações interpessoais que resultam na construção de formas de sobrevivência. É possível confirmar esse apontamento nas falas dos entrevistados, proporcionando compreender parte dessas relações e sua importância para os sujeitos diante de suas necessidades individuais e, sobretudo, familiares. Pode-se dizer que o crédito pessoal ainda se configura como forma indispensável de sobrevivência para muitas famílias.

Na abrangência dos aspectos espaciais, verifica-se que o circuito inferior tem maior atuação no quesito expansão da malha urbana em Conceição do Araguaia ao favorecer a construção de mais estabelecimentos comerciais que garantem renda à população. Em contrapartida, o superior age pela refuncionalização dos prédios, ação que gera menos gasto à empresa e giro de capital do que a compra de um terreno e a consequente construção de uma nova estrutura. Essa dinâmica revela uma estratégia do circuito superior: é um subsistema que testa mercados em cidades pequenas por meio de iniciativas de baixo investimento, reforçando a volatilidade do capital diante da resistência territorial do circuito inferior.

Portanto, o cenário conceicionense contemporâneo ratifica, em princípio, as ideias de Santos (2008) e de outros pesquisadores que deram continuidade à perspectiva miltoniana, como Silveira (2013) e Arroyo (2008), dentre outros, que apontam o circuito inferior como acolhedor das pessoas pobres e sem formação adequada, assim como dos migrantes, garantindo-lhes emprego e renda. Além disso, a análise permitiu identificar que as empresas do circuito superior entrevistadas se enquadram na categoria de "circuito superior marginal", que, conforme Santos (2008), combinam características de modernização com atuação local e investimento seletivo.

Contribuições das pessoas autoras (CRediT): todas as etapas foram elaboradas, desenvolvidas, revisadas pelo único autor do artigo, Natanael Silva Ribeiro. O autor, portanto, elaborou a metodologia, a análise, a coleta e a produção de dados, a escrita (primeira versão) e a revisão e edição. Assim, a versão final foi elaborada e corrigida pelo único autor do artigo.

Disponibilidade de dados: os dados que suportam os resultados desta pesquisa (transcrições de entrevistas, tabelas e gráficos) estão disponíveis na dissertação de mestrado do autor, depositada no repositório institucional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A dissertação pode ser acessada publicamente no link: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6627. Os dados brutos das entrevistas não foram disponibilizados separadamente para preservar o anonimato dos participantes, conforme compromisso assumido no termo de consentimento.

Financiamento: Esta pesquisa foi financiada pela CAPES, por meio da concessão de bolsa de mestrado ao autor.

Agradecimentos: o autor agradece ao Professor Dr. Roberto de Souza Santos pela orientação, parceria e paciência ao longo de toda a caminhada do mestrado, e ao Professor Dr. Elizeu Ribeiro Lira pelas contribuições. Agradece também ao Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários – NURBA/UFT. À CAPES, pela bolsa de mestrado concedida, que permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa e a realização do trabalho de campo. Agradece, ainda, aos entrevistados de Conceição do Araguaia pela disponibilidade e confiança, bem como ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT pelo apoio institucional.

Declaração do uso de inteligência artificial: durante a elaboração deste manuscrito, o autor utilizou a ferramenta DeepSeek V3 com a finalidade de revisão gramatical, melhoria de fluência, padronização textual e tradução. Após o uso da ferramenta, todo o conteúdo foi revisado, editado e validado criticamente pelo autor, que assume a responsabilidade integral pelo manuscrito submetido.

Conflito de interesses: o autor declara não haver conflito de interesses. Os financiadores não tiveram interferência na concepção do estudo; na coleta/produção, análise ou interpretação dos dados; na redação do manuscrito; ou na decisão de publicar os resultados.

Referências

ANDRADE, R. C. G. Espaços comerciais e produção do espaço urbano: mercados de abastecimento de Cuzco – Peru. Geografares. n. 30, p. 86-110, 2020. https://doi.org/10.7147/GEO30.26970

ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo, 04 out. 2008. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/. Acesso em: 14 mar. 2022.

AUDRIN, J. M. Entre Sertanejos e Índios do Norte. Rio de Janeiro: AGIR, 1946.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007. https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719

CAMAGNI, R. Economia urbana. Barcelona: Antônio Bosch, 2005.

CÁRDENAS, A. P.; BINI, D. L. de C.; BEJARANO, J. J. Comercialização de alimentos no circuito inferior da economia urbana: a venda na rua. Brazilian Journal of Latin American Studies, [S. l.], v. 12, n. 22, p. 78-91, 2013. https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2013.82518

CASTILHO, D. Modernização territorial e redes técnicas em Goiás. 2014. 221 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. Boletim Campineiro de Geografia, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 55–75, 2013. https://doi.org/10.54446/bcg.v3i1.111

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016.

FERREIRA, J. P. Municípios do Estado do Pará. In: FERREIRA, J. P (Org.). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. p. 254-488.

FREIRE, A. N. O. O desenvolvimento do comércio e a produção do espaço urbano. GeoTextos, vol. 6, n. 2, p. 11-32, 2010. https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v6i2.4829

FREIRE, P. A Educação e o Processo de Mudança Social. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, O. A luta pela terra. São Paulo: Vozes, 1979.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/conceicao-do-araguaia/pesquisa/23/27652?detalhes=true. Acesso em: 05 mar. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de influência das cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JORDÃO, D. A população em situação de rua e o circuito inferior da economia urbana em Campos dos Goytacazes/RJ. Revista Tocantinense de Geografia, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 77–97, 2022. https://doi.org/10.20873/rtg.v11n24p77-97

LEVY, B. Por que a mineradora Horizonte Minerals deixou o Pará?. Amazônia Real, 2024. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/mineradora-deixa-dano-ambiental/. Acesso em: 10 de mar. 2024.

MONTENEGRO, M. R. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização. 2006. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, A. U. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1991.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, N. S. Os dois circuitos da economia urbana em Conceição do Araguaia – PA: uma abordagem a partir da teoria Miltoniana. 2023. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2023.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, L. R.; LIRA, E. R. Análise do processo espacial de descentralização em Imperatriz (MA): um olhar a partir do Imperial Shopping. Geografia em Atos, v. 3, n. 18, p. 117-130, 2020. https://doi.org/10.35416/geoatos.v3i18.7079

SILVA, M. E. C. Heteroendogenia Intraurbana: Reestruturação urbana e da cidade de Marabá - Pa a partir de três centros e centralidades econômicas. 2020. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020a. 238p.

SILVA, M. E. C. Uma cidade e três centros: o caso de Marabá (PA). GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 24, n. 2, p. 262-278, 2020b. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.161465

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. Ciência Geográfica, v. 17, n. 1, p. 64-71, 2013.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 19, n. 2, p. 245-261, 2015. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102778

SPOSITO, E. S. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação? Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.], v. 1, n. 21, p. 43–52, 2020.

SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e urbanização. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

TAVARES, M. G. C. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. Revista ACTA Geográfica, ano II, n. 3, p. 59-83, 2008. https://doi.org/10.5654/acta.v2i3.204

SOBRE A AUTORIA

Natanael Silva Ribeiro

É professor de geografia na Secretaria da Educação do Tocantins. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Goiás, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2023) e graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (2021). Atua na área de Geografia Urbana e Geografia Econômica, com ênfase na formação das cidades e circuitos da economia urbana no sudeste paraense.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5787-8525
E-mail: natan_n2@hotmail.com